

“JORNAL DAS SENHORAS”: AS MULHERES E A URBANIZAÇÃO NA CORTE

*Joelma Varão Lima**

Resumo: A Corte, capital do Império, em meados do século XIX, passou por um remodelamento espacial. Com o excedente de capital resultante do fim do tráfico negreiro, houve a implantação do sistema de esgotos e da iluminação a gás e, com isso, surgiram novas formas de sociabilidade para as mulheres e crianças. As famílias de elite passaram a frequentar o Passeio Público, a rua do Ouvidor, onde havia confeitarias e lojas elegantes. Nesse contexto, o *Jornal das Senhoras*, primeiro periódico escrito por mulheres na Corte Imperial, propiciava às mulheres lerem folhetins franceses, como “A Dama das Camélias”, de Alexandre Dumas, tocar partituras de piano, ter acesso a figurinos de moda franceses e debater a emancipação moral da mulher mediante a educação. Indicar metodologia e objetivo do estudo.

Palavras-chave: Imprensa. Gênero. Império.

Abstract: In the middle of the 19th century, the Court centre of the Brazilian Empire went through special re-shaping; with the surplus of the capital resulting from the end of the traffic of slaves, the sewer system and gaslight were implemented, which brought about new forms of sociability for women and children. The elite families started to stroll on public sidewalks and the Ouvidor street, where there were cake shops and elegant stores. In this context the *Jornal das Senhoras* in the Imperial Court, allowed the women to read French serials such as Alexandre Dumas, “The Lady of the Camellias”, to play piano pieces, know French fashion, and to debate the moral emancipation of women through education.

Keywords: Press. Gender. Brazilian Empire.

O presente artigo tem como objeto de estudo a imprensa feminina de meados do século XIX, especificamente o periódico “*Jornal das Senhoras*”, que se constitui na fonte histórica principal da análise. Configura-se como um estudo de gênero, propondo-se a resgatar a vivência das mulheres de elite do século XIX no Brasil Imperial.

O “*Jornal das Senhoras*”, periódico semanal, foi publicado no século XIX durante três anos consecutivos, de 1852 a 1855, e seus exemplares se

* Doutoranda em História pela PUC/SP, orientadora PROF. DRA. Maria Izilda Santos de Matos

encontram disponíveis para consulta na Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Esse periódico foi o primeiro jornal feminino no Rio de Janeiro, ou seja, o primeiro periódico escrito por mulheres e direcionado para o público feminino. Contava com seções de Moda, Belas Artes, Teatro e Crítica, além de espaços dedicados a partituras de piano e a romances que eram publicados em forma de folhetins, como "A Dama das Camélias", de Alexandre Dumas.

Segundo Juarez Bahia (1972 apud BICALHO, 1988, p.85), a vida efêmera do jornal deveu-se, em parte, ao fato de que ele esteve inserido no contexto da primeira fase do jornalismo brasileiro. Nesse período, a incipiente imprensa imperial sobrevivia com muitas dificuldades, entre as quais um público leitor restrito (já que a maioria da população era analfabeta), o alto custo da produção (que exigia maquinário importado e mão de obra qualificada e cara para os padrões da época) e a falta de recursos das máquinas, que, em geral, eram de segunda mão, importadas de países industrializados, como Inglaterra e Alemanha. Todos esses fatores afetavam o crescimento da imprensa no Brasil.

Somavam-se a esses problemas ainda os poucos recursos técnicos da época:

Velhos prelos, máquinas compradas de segunda mão em países adiantados, na Alemanha e na Inglaterra, pesadas e modestas impressoras como a Alauzet, de retração, e a Stanhope, de ferro fundido, mais caixas de tipo e outras peças rústicas melhor destinadas a tipografias de obras constituíam o potencial com que se compunha, paginava e imprimia o jornal. (BAHIA, 1972 apud BICALHO, 1988, p.85).

Só a partir de 1880 o jornalismo brasileiro entrou em sua segunda fase. Ainda conforme Juarez Bahia (apud BICALHO, 1988), nesse momento os jornais se industrializaram, transformando-se num empreendimento mercantil e a tipografia perdeu seus ares artesanais, passando a se caracterizar como indústria gráfica de determinada capacidade econômica.

Contudo, o "Jornal das Senhoras" estava entre os periódicos da primeira fase do jornalismo brasileiro, conhecida como uma fase efêmera e artesanal da produção jornalística no país. Joana Paula Manso de Noronha atuou como redatora do periódico durante seis meses. A jornalista, de nacionalidade argentina, havia se separado do marido (um compositor e violonista português) e morava na Corte, onde lecionou, atuou em vários jornais e publicou diversos trabalhos literários.

Joana Paula, primeira redatora do jornal em comento, foi substituída por Violante Atalipa Ximenes de Bivar e Velasco, viúva de João Antônio Boaventura e filha de um membro do Conselho Imperial, fundador e diretor do Conservatório Dramático Brasileiro do Rio de Janeiro, Diogo Soares da Silva de Bivar. Antes de ser redatora do "Jornal das Senhoras", Violante

traduziu comédias italianas e francesas e fez críticas a algumas peças para o Conservatório Dramático. Depois de um ano de circulação do jornal, Violante deixou a editoria, passando o cargo a Gervásia Neves.

Uma mesma razão levou as duas primeiras jornalistas a deixarem a redação do jornal: a falta de recursos financeiros para manter a publicação de um periódico semanal que sobrevivia graças às assinaturas e aos recursos próprios das suas diretoras. Gervásia Neves, casada com o senhor Antônio José dos Santos Neves, foi apoiada financeiramente pelo marido. Entretanto, no número de 30 de dezembro de 1855, a redatora avisou às leitoras que, por motivos particulares, o “Jornal das Senhoras” não circularia em 1856, mas poderia voltar em 1857, o que, todavia, não aconteceu.

Tendo em vista o caráter efêmero do jornal, o objetivo deste artigo é buscar compreender a realidade das elites do século XIX na Corte Imperial, principalmente das mulheres, mediante a imprensa feminina, sobretudo o discurso feminino do “Jornal das Senhoras”.

Como salienta Raymond Williams:

Uma compreensão da realidade da linguagem, que como consciência prática está saturada por toda uma atividade social e satura inclusive a atividade produtiva [...] a linguagem é a articulação dessa experiência ativa em transformação uma presença social e dinâmica no mundo. (1979, p.43)

Nesse sentido, pretende-se responder às questões: Como se deu essa experiência ativa no caso específico das mulheres envolvidas com o “Jornal das Senhoras”, um periódico semanal que circulou na Corte em meados do século XIX? Como se deu sua presença social e dinâmica no mundo oitocentista da Corte, numa sociedade assentada na economia agrária exportadora de café e que vivenciava a urbanização da capital do Império?

E ainda: Levando em conta esse momento histórico, as leitoras do periódico podem ser consideradas sujeitos ativos que construíam uma relação dialógica mediante os artigos dos jornais e os folhetins? O que se pode analisar a partir das cartas de leitoras publicadas no jornal?

Sobre esse último aspecto, cabe citar uma carta escrita por uma leitora que afirmava ter catorze anos. Em meados do século XIX, a menina questionava a educação que era ministrada às alunas da época:

Quando a maior parte dos pais de família procurarão dar educação às suas filhas, franca, completa e liberal? Quando não se desapreciarão as suas faculdades intelectuais e quando finalmente tentar-se-á cultivar a sua inteligência, deixando que a liberdade do pensamento flutue em seus escritos?

Não entendo que uma mulher por saber música, tocar piano, coser, bordar, marcar e escrever, tenha completada a sua educação...

Maria Clementina da Cruz (*Jornal das Senhoras*, 20 ago. 1852 apud BERNADES, 1989, p.137-8).

No caso das mulheres da elite que eram chefes de família – como as duas redatoras do “Jornal das Senhoras”, Joana Paula Manso de Noronha, separada do marido, e Violante Atalipa Ximenes de Bivar, viúva –, será que se pode pensar que atuavam no periódico como estratégia de sobrevivência e para revelar a subjetividade feminina? De acordo com Elizabeth Rago (2007), considerando a leitura de Michel Foucault, as jornalistas se constituem em sujeitos que configuram alternativas e práticas de liberdade, tendo em vista que

[...] nas suas malhas [dos micropoderes] os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são alvos inertes ou consentidos do poder, são sempre centros de transmissão. (RAGO, 2007, p.61).

Nesse sentido, será que as práticas femininas oitocentistas na Corte (presentes nas trajetórias de vida e nos artigos das redatoras do jornal, bem como nas cartas das leitoras) podem ser analisadas a partir dos ensinamentos de Williams, tendo em vista os conceitos de residual e emergente? Para esse intelectual,

O que temos realmente a dizer, como uma maneira de definir os elementos importantes tanto do residual como do emergente, e como um meio de compreender o caráter dominante, é que nenhum modo de produção e portanto nenhuma ordem social dominante e portanto nenhuma cultura dominante, nunca na realidade, inclui ou esgota toda a prática humana, toda energia humana e toda intenção humana. (WILLIAMS, 1979, p.128).

Considerando que a extinção do tráfico negreiro, bem como a implantação do sistema de esgotos e iluminação a gás, possivelmente propiciaram uma vida mais cosmopolita para as elites – que, segundo as crônicas de José de Alencar de meados do século XIX, passaram a frequentar o Passeio Público, antes lugar dos escravos e pobres (SOUZA, 1998) –, pode-se perguntar: Como se deu a inserção feminina no espaço público? Como as mulheres deveriam circular pela Corte? Por que era importante ser civilizado? Era necessário civilizar o carnaval, proibindo o entrudo?

A análise do conceito de civilização de Raymond Williams mostra que o termo

[...] expressava dois sentidos que estavam historicamente unidos, um Estado realizado, que se podia contrastar com a barbárie, mas também agora um estado realizado de desenvolvimento que implicava processo histórico e progresso. Foi essa nova racionalidade de fato com uma celebração que se auto referia de uma condição realizado de refinamento e ordem. (WILLIAMS, 1979, p.19).

Sendo assim, por que na época analisada havia a imitação dos modelos franceses de comportamento refinado e elegante? Como o “Jornal das Senhoras” – com seções de moda mostrando figurinos franceses e com folhetins de autores também franceses, como Alexandre Dumas, criador de “A Dama das Camélias” – se enquadrava nesse contexto?

Segundo os escritores românticos do período, falar francês e tocar piano eram itens necessários à boa educação feminina. Diante de leituras como esta, cabe questionar: Qual era a importância da educação feminina para o progresso e a civilização?

Nesse cenário histórico em que havia a separação das esferas pública e privada, em que a mulher devia se ocupar da família e o homem devia ser o provedor, qual era a importância da relação entre maternidade e educação? Como deveria ser a nova mulher? Como ela deveria se vestir? Qual era a importância da moda francesa e do recato ao se vestir?

Debates sobre a condição feminina, o casamento e o lugar da mulher na sociedade foram empreendidos durante o Segundo Reinado, época em que se verificou um processo de desenvolvimento urbano, principalmente na Corte. Segundo dados levantados por Rosa Maria Barbosa de Araújo (1995, p.233), no ano de 1872 a população da cidade do Rio de Janeiro era de 274.972 habitantes e sua densidade populacional era de 247 indivíduos por km².

O Rio de Janeiro é um cenário propício para se refletir acerca das mulheres da elite em meados do século XIX. A cidade foi capital do Império e, posteriormente, da República, e sua relevância durante os séculos XIX e XX se constitui num aspecto socioeconômico importante da história do Brasil. Já no que se refere ao período em que circulou o “Jornal das Senhoras”, entre 1852 e 1855, este representa um momento interessante para a análise histórica, pois as transformações urbanas por que a Corte passou após 1860 tiveram origem no decênio de 1850.

Durante o Império, o crescimento das cidades e do poderio das elites influenciou na disposição dos espaços no interior da casa, tornando-a mais aconchegante. Passava-se a entrever os limites do convívio e o distanciamento entre as elites e o povo, fazendo surgir um processo de privatização familiar profundamente voltado para a valorização da intimidade.

A interiorização da vida no lar ocorreu concomitantemente à abertura das casas das elites para a apreciação pública por um círculo restrito de pessoas, geralmente familiares, parentes e amigos. Assim, as salas de visitas e os salões, espaços intermediários entre a casa e a rua, foram abertos para a realização de saraus noturnos, jantares e festas, que passaram, então, a ser realizados de tempos em tempos. Nesses locais se ampliava a ideia de intimidade, e a família, sobretudo a mulher, submetia-se à opinião e avaliação dos outros.

Nessa mesma época, a mulher elegante passava a se fazer presente em cafés, bailes, teatros e acontecimentos sociais, ganhando, assim, mais liberdade, já que a convivência social gerava uma maior expressão das emoções, que, no entanto, ainda eram vigiadas pelo marido, pelo pai e por toda a sociedade. Por conseguinte, fazia-se necessário que essas mulheres aprendessem a se comportar em público de maneira educada.

Nas residências havia domínios públicos e privados; salas de jantar e salões eram de domínio público, onde as máscaras sociais regulamentavam regras de etiqueta de como receber e se comportar diante das visitas. Além de almoços e jantares para visitas e familiares mais próximos, as salas abriam-se para reuniões com pessoas chegadas ou para saraus, durante os quais trechos de poesias e romances eram lidos em voz alta, acompanhados de sons de piano e harpa.

Nas alcovas havia espaço para os segredos e a individualidade. Eram locais propícios para a privacidade, a explosão de sentimentos, a liberação de lágrimas de dor, ciúmes ou saudades, a realização de declarações amorosas, a confecção de cartas afetuosas e a leitura de romances proibidos às moças.

A máscara social figurava as profundas contradições da sociedade imperial. Por causa da repressão aos sentimentos, o amor era, em geral, idealizado, ligado à alma e separado do corpo.

O modelo de família ideal pressupunha um lar patriarcal extenso e alicerçado no casamento legalizado. Portanto, família e casamento eram considerados a base da sociedade, sendo confirmados pelas leis civil e canônica. O status legal e moral do casamento era concedido somente mediante a celebração do matrimônio por um sacerdote católico, o padre, geralmente num santuário da Igreja Católica Apostólica Romana, que o realizava quando se reuniam todos os requisitos para a realização da cerimônia.

Destarte, um ritual religioso recebia o caráter de lei secular. Ademais, o casamento determinava herdeiros, controlando a divisão e a distribuição das propriedades familiares. Assim, o matrimônio entre as famílias da elite era um instrumento de ascensão social ou manutenção do status – ainda que os romances divulgassem que os relacionamentos matrimoniais se realizavam por amor.

Tendo em vista que o matrimônio estipulava quem teria acesso à propriedade herdada, as regras do casamento eram concebidas visando prevenir uniões que gerassem herdeiros indesejáveis e, conseqüentemente, que desviassem a propriedade familiar para herdeiros secundários. Nesse sentido, uma vez que as mulheres têm dificuldade de negar a maternidade, em oposição aos homens, que podem fazê-lo, as regras do matrimônio eram severas particularmente para elas. As mulheres que mantivessem relações amorosas socialmente inconvenientes corriam o risco de gerar herdeiros indesejáveis. Assim, ao casar virgem a mulher provava que não tinha herdeiros ilegítimos ou inconvenientes.

Esse mesmo princípio, por outro lado, amparava a mulher, já que evitava que ela se tornasse esposa, contra a sua vontade, de um sedutor inconveniente. A lei estipulava que a mulher recebesse um dote por sua virgindade perdida, assegurando-lhe, com isso, a capacidade de conseguir um partido adequado.

A referida lei também protegia os homens das mulheres de classes populares que utilizassem sua condição sexual comprometida para extorquir indevidamente um sedutor das elites, já que uma mulher não podia receber um dote maior do que o relativo à posição social da sua família.

A lei ponderava ainda que as mulheres eram sexualmente responsáveis, considerando-as não somente como seduzidas, mas também sedutoras. Além disso, a filha podia ser deserdada se, sendo menor, dormisse ou se casasse com um homem sem o consentimento dos pais. Nesse caso, notase a contestação da autoridade dos pais, autoridade essa que legitimava a propriedade; abria-se, então, um precedente legal para que a moça e seus futuros descendentes fossem deserdados. Entretanto, se ela se casasse sem o consentimento dos pais, mas com um “homem honrado”, com uma posição superior à da sua família, perderia apenas parte de sua herança. Assim, mediante o casamento, posição social e propriedade se entrelaçavam com seguridade ou, pelo menos, era o que se acreditava na época.

Nesse contexto de meados do século XIX, a esposa ganhava uma nova função: contribuir para o projeto familiar de ascensão social, por meio de sua postura nos salões como anfitriã excelente e em casa, na vivência cotidiana, como esposa-modelo e boa mãe. Desse modo, reforçava-se a ideia de que ser mulher é ser mãe dedicada e atenciosa dentro da família abastada e higiênica.

A atenção materna aos cuidados da prole durante a infância era salientada como alicerce do lar de elite. Defendia-se que os filhos não deviam ser deixados soltos sob a influência de amas, negras ou estranhos, bem como que todo adulto que desse atenção à criança devia estar sob a orientação da mãe zelosa.

As esposas ou as governantas (estas presentes em lares mais abastados, em famílias de viúvos ou em casas de homens solteiros) comandavam vários criados, entre eles cozinheiras, copeiras, costureiras, lavadeiras, engomadeiras, mucamas, amas de leite e transportadores de água, entre outros.

Da mulher do rico comerciante, do profissional liberal, do grande investidor, do proprietário rural ou do alto funcionário do governo passava a depender o prestígio social da família. A ela cabia, portanto, a tarefa de elevar o status do grupo familiar para um patamar mais alto. O homem, por sua vez, era muito dependente da imagem que sua mulher transmitia para os outros integrantes de seu círculo social. Ou seja, embora a autoridade fosse masculina, as mulheres representavam um capital simbólico importante.

Destarte, a esposa, as tias, as filhas, as irmãs, as sobrinhas e as empregadas domésticas zelavam pela imagem do homem aparentemente autônomo e envolto em questões sociopolítico-econômicas. Eram elas que o ajudavam a manter sua posição social.

A mulher de elite passava a ser considerada a base moral da sociedade. A esposa e mãe deveria, segundo os discursos médico e religioso da época, adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, gerar descendentes saudáveis e cuidar do comportamento dos filhos.

Esse ideário das elites teve no discurso médico do século XIX uma importante representação, reforçando seu caráter hegemônico de controle na sociedade ao enfatizar a família monogâmica e, especialmente, salientando o papel da mulher no seio da família por meio de campanhas de aleitamento, contra doenças venéreas e contracepção. Difundia-se, assim, o ideal de lar, que deveria ser limpo, ordenado, higiênico e saudável.

A mulher, por seus atributos naturais, estaria apta a cuidar da infância e da família. Nesse sentido, os médicos do século XIX valorizaram a mulher, alargando seus poderes na esfera privada do lar e conferindo um novo estatuto feminino que possibilitou que a mulher se percebesse dentro da família como agente civilizador e rainha do lar. Entretanto, enquanto salientavam a importância feminina na família, reforçavam a preponderância masculina no espaço público.

O discurso médico definia os bons comportamentos femininos e masculinos baseando-se numa permanente oposição dos sexos, com a mulher sendo sempre retratada como submissa ao homem. Essas representações femininas, valendo-se da metodologia da ciência positivista da época, desqualificavam a mulher enquanto ser humano, à medida que a restringiam a uma função biológica vinculada à procriação, salientando ideologias negativas sobre a condição feminina.

Assim, pode-se perceber a relevância dos estudos de gênero, já que propiciam uma análise histórica do "ser" mulher – possibilitando inclusive a abordagem com foco no discurso do "Jornal das Senhoras" –, evidenciando as mulheres como sujeitos plurais e questionando o discurso hegemônico da época.

Foi no século XIX, com o desaparecimento da prática do dote, que começou a surgir um interesse pela educação feminina. A educação da noiva passou a ser vista como um atrativo no novo pacto patrimonial, já que a auxiliaria a ser uma boa mãe, além de protegê-la contra as incertezas de um casamento sem dote, possibilitando que ela optasse por lecionar, haja vista que a profissão de professora era tida como digna para uma senhora. Os homens da elite consideravam uma noiva alfabetizada mais atrativa que uma sem instrução, pois poderia ensinar os filhos a ler e escrever, ajudando a erradicar o analfabetismo no país.

Os índices de analfabetismo no século XIX eram altos, mesmo no seio das elites. Segundo o censo de 1872, em São Paulo, 68% dos homens eram analfabetos, percentual que para as mulheres era ainda maior, atingindo 83%. Estudos indicam ainda que a maior parte dos analfabetos provinha, provavelmente, da classe de proprietários rurais, que moravam longe das escolas. Já no Rio de Janeiro, no ano de 1890, 43% das mulheres eram alfabetizadas (ARAÚJO, 1995, p.73).

Foi nesse contexto de transformações vivenciadas pela família patriarcal da região sudeste brasileira que se inseriu a relevância da educação feminina, como projeto que emancipava a mulher, para o qual atentou o “Jornal das Senhoras”.

No século XIX, as mulheres brasileiras das camadas privilegiadas passaram a ter uma vida social mais urbana do que aquelas das gerações anteriores. Na primeira metade do referido século, o padre Lopez Gama censurava as damas por lerem romances, pois defendia que deveriam dedicar-se somente ao lar. Todavia, na segunda metade do século despontaram mulheres notáveis, como as escritoras Narcisa Amália e Nísia Floresta, autoras que se tornaram célebres, ainda que em meio a senhoras da nobreza imperial que mal sabiam ler. Gilberto Freire cita ainda a Marquesa de Santos e Nísia Floresta como mulheres de destaque na sociedade do século XIX.

Dessa forma, evidencia-se que o comportamento da mulher durante o século estudado passou por transformações. Acredita-se que ela se tornou mais vinculada às coisas do mundo, passou a acordar mais tarde, porque à noite frequentava teatros e bailes, bem como a ler romances, ficar na janela ou na varanda olhando a rua, demorar horas se penteando e horas no piano, ter aulas de dança e de francês, ir menos à Igreja, se confessar menos, conversar menos com os criados, ouvir com menor intensidade as histórias da preta velha.

Pode-se afirmar ainda que houve uma certa emancipação feminina com relação à moral tradicional. O médico tornava-se mais presente e poderoso que o padre, o teatro e os bailes eram mais convidativos que a Igreja e a mulher mais abastada frequentava bailes de máscaras.

No século XIX o carnaval já era festejado no Rio durante os quatro dias que precedem a quarta-feira de Cinzas, antecedendo a tradição da Quaresma, período dedicado à penitência e ao arrependimento. A prática mais adotada nos festejos era o entrudo, de origem portuguesa, seguido pelos bailes de máscaras venezianas e desfiles de carros, os préstitos e o “corso”. O carnaval era então uma festa comandada pelas famílias da classe dominante, com uma participação restrita dos setores pobres. O entrudo era a diversão mais popular, já que as brincadeiras de jogar água, farinha, lama e cinzas entre os conhecidos era acessível a quase todos. Conta-se que no Império tanto D. Pedro I quanto D. Pedro II eram grandes apreciadores da folia.

Os bailes de máscaras realizados em teatros e hotéis eram animados pelas cocottes, atrizes, cantoras e prostitutas francesas que alegravam a vida mundana da cidade. As senhoras consideradas honestas assistiam de longe ou dançavam em bailes familiares, podendo no máximo, participar do curso vespertino, dentro dos carros, protegidas do contato com as massas. (ARAÚJO, 1995, p.370-1).

A Corte, a partir de meados do século XIX, também passou por diversas transformações. Com o fim do tráfico negreiro, os capitais acumulados com essa atividade econômica seriam investidos em infraestrutura, como na construção de ferrovias e na implantação de telégrafos. O Rio de Janeiro, em 1853, foi calçado com paralelepípedos e, no ano seguinte, ganhou sistema de iluminação a gás. O abastecimento domiciliar de água ocorreria vinte anos depois e a rede de esgoto implantar-se-ia a partir de 1862.

Até 1854, quando a iluminação a gás começou a se tornar acessível em algumas poucas ruas, as famílias usavam lampiões de óleo de peixe ou de baleia, com seu odor desagradável e resíduo de carbono, ou contavam simplesmente com velas. Desde o começo da década de 1860, as famílias mais ricas solicitaram ligações a gás para suas casas; assim, em 1874 até 10 mil residências estavam providas de iluminação a gás em toda casa . [...]

A água encanada e o sistema subterrâneo de esgotos possibilitaram um fornecimento de água reforçado e mais confiável e, combinados a uma rede de transportes públicos, alteraram gradualmente a natureza do serviço doméstico e, a partir daí do trabalho exigido dos criados. Serviços urbanos aperfeiçoados apareceram pouco a pouco durante o espaço de várias décadas. As famílias mais ricas, ou as que viviam em subúrbios mais espaçosos e de povoação mais recente, desfrutavam esses serviços primeiro; outros somente mais tarde, e alguns nunca. No entanto, pode-se dizer que um espírito de mudança e renovação caracterizou o Rio de Janeiro nas décadas de 1860, e sobretudo, 1870. Na década de 1880, modificações substanciais eram amplamente visíveis. Casas com água dentro e gás ou com um quintal espaçoso e com tanque e repuxo [...] com abundância d'água encanada podiam ser obtidas já em 1875, ao passo que dez anos mais tarde até os criados podiam contar com um banheiro para uso próprio. (GRAHAM, 1992, p.69-70).

Todas essas medidas influenciaram os costumes da época. As confeitarias ofereciam cardápios a preços variados e a Rua do Ouvidor, onde estava situada a redação do "Jornal das Senhoras", acumulava lojas elegantes, costureiras e livrarias.

A vida urbana contava com novas perspectivas de convivência social, as quais surgiam especialmente para as mulheres, que passavam a ser presença importante nos bailes, saraus, concertos e espetáculos teatrais. A mulher, por conseguinte, necessitava aprender a se comportar em público e a estar atenta aos eventos socioculturais; esses eram passos importantes da emancipação feminina. O papel feminino se redefinia e o periódico "Jornal das Senhoras" convocava as mulheres a se emanciparem moralmente, não ficando exclusivamente fechadas em seus lares.

Os banhos de mar tinham um caráter mais medicinal do que lúdico ou de interação social. As praias eram desertas e o acesso a elas difícil.

Além de informações sobre o banho de mar com caráter terapêutico, para as senhoras da elite, ou pelo menos para aquelas que eram alfabetizadas, já que a instrução básica se constituía num privilégio, havia também no “Jornal das Senhoras” a seção que trazia o romance “A Dama das Camélias”, de Alexandre Dumas Filho. No mesmo jornal havia ainda partituras de modinhas, lundus e xotes para pianos. No dizer do poeta e crítico de arte Araújo Porto Alegre, o Rio de Janeiro da época era a “cidade dos Pianos”, e por isso não poderia faltar a parte musical no periódico.

Além da seção dedicada à música, o “Jornal das Senhoras” contava também com espaço para a moda, no qual eram apresentadas as últimas novidades de Paris e do interior da França. Aliás, o interior francês, com sua sociedade rural, conservadora e equilibrada, entrelaçado de pequenas cidades e aldeias, nas quais o padre e o militar eram prestigiados, aparecia como parâmetro de civilização para a sociedade tropical e escravista do período Imperial.

O “Jornal das Senhoras”, editado semanalmente, a cada mês publicava o molde de um figurino colorido encomendado de Paris para suas assinantes. Já no primeiro mês da edição do jornal, mais especificamente em 18 de janeiro de 1852, podia-se perceber o interesse feminino pelos figurinos.

Está por tanto esgotada a edição toda dos nossos Figurinos, cujo número tínhamos calculado que seria mais que suficiente e não chegou! Ainda temos um considerável número de assinantes que por sua vez, mimia bondade esperarão até o trimestre de Abril, que é quando poderemos receber de Paris um dobrado número de estampas para satisfazer a todos quantos quizerem honrar. (*Jornal das Senhoras*, 18 de janeiro de 1852).

Para o grupo feminino, porém a moda continua sendo, no século XIX, a grande arma na luta entre os sexos e na afirmação do indivíduo dentro do grupo. Uma série de fatores como o advento da burguesia, a melhoria das vias de comunicação e o número crescente de figurinos – cujas pranchas de modas eram copiadas pelos jornais e revistas da província e de outros países – fizeram com que não fosse mais o apanágio de uma classe e se difundisse fora dos grandes centros de irradiação da cultura. (MELLO E SOUZA, 1987, p.89).

Na seção “Modas” de 18 de janeiro de 1852, o “Jornal das Senhoras”, mediante o texto de sua redatora, Joana Paula Manso de Noronha, atestava a moda como uma arma feminina na luta entre os sexos:

Dizia eu no meu último artigo de Domingo passado, que a moda do colete de emancipação fazia grande furor em Paris há meses, á esta parte, e que necessariamente teria o mesmo sucesso em todos os lugares onde ela aportasse, à vista das suas conveniências e da sua elegante novidade esta realizado o meu dito.

Assinantes [...] receberão com especial agrado o meu artigo e os competentes moldes e durante a semana tive o gosto de saber que muitos coletes já se estão fazendo pelas delicadas mãozinhas mesmo das nossas patricias, além de outras muitas, que o mundo elegante confiou aos cuidados de nossas primeiras modistas, que não tem mãos a medir. (*Jornal das Senhoras*, 18 jan. 1852).

Estudar o corpo feminino do século XIX pelo viés cultural da moda, sendo esta tomada, então, como foco de análise, constitui-se num desafio que pode levar à compreensão das representações, das vivências e das experiências femininas, mediante a análise do discurso presente na imprensa dirigida à mulher, discurso este repleto de subjetividades.

Além da moda, outra faceta do corpo que merece ser citada é a doença. Apesar de toda a modernização, o Rio de Janeiro continuava tendo graves problemas de saneamento básico e de proliferação de epidemias como cólera, varíola e febre amarela, graças ao ambiente insalubre da cidade, principalmente no verão, estação em que a família imperial se dirigia a Petrópolis desde 1847.

O "Jornal das Senhoras" indicava que, mesmo entre as famílias abastadas, havia problemas relacionados à saúde do corpo. Até mesmo os piolhos não afligiam somente as crianças pobres e escravas, já que também eram uma praga na elite carioca. O periódico prescrevia a seguinte receita contra piolhos e lêndeas:

[...] Pise-se e misture-se bem uma gema de ovo com uma pouca de manteiga fresca e uma colher de azeite doce, esfregue-se bem a cabeça com esta pomada. Passadas 24 horas lave-se bem com água morna e vinagre, e penteie-se com pente fino o cabelo. Não só os bichos, mas também as lêndeas ficarão inteiramente destruídos. (*Jornal das Senhoras*, janeiro de 1854 apud MAUAD, 2006, p.162).

Era nesse contexto de modernização do Rio de Janeiro, capital do Império, ainda envolvida com epidemias e pragas no século XIX, época em que as elites estavam se afirmando na sua hegemonia, que circulava o "Jornal das Senhoras", propondo uma emancipação moral da mulher, salientando a importância da sua educação e criticando a ideologia dominante de que a mulher era propriedade masculina, ser inferior ao homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Coord.). "Vida privada e ordem privada no Império". In: NOVAIS, Fernando (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. Vol.2 - Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A Vocação do Prazer - A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. 2ªed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

BASSANEZI, Carla. *Virando Páginas, Revendo as Mulheres - Revistas femininas e relações homem-mulher - 1945 -1964*. 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BERNADES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro - Século XIX. 1ªed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O bello sexo – Imprensa e Identidade Feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX.* 1988. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil.* 1ªed. São Paulo: Contexto/ Edusp, 1988.

COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à República: momentos decisivos.* 4ªed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

D'INCAO, Maria Ângela. “Mulher e família burguesa”. In: PRIORE, Mary del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil.* 8ªed. São Paulo: Contexto, 2006.

FALCI, Miridan Knox. “Mulheres do sertão nordestino”. In: PRIORE, Mary del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil.* 8ªed. São Paulo: Contexto, 2006.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro – 1860-1910.* 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JANOTTI, Maria de Lourdes. “O Livro Fontes Históricas como fonte”. In: BASSANEZI, Carla. *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2005.

LOURO, Guacira Lopez. *Gênero, Sexualidade e Educação - Uma perspectiva estruturalista.* Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. “Mulheres na sala de aula”. In: PRIORE, Mary del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). *História das mulheres no Brasil.* 8ªed. São Paulo: Contexto, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. “Fontes impressas, História dos, nos e por meios dos periódicos”. In: PRIORE, Mary del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). *História das mulheres no Brasil.* 8ªed. São Paulo: Contexto, 2006.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. geral da coleção); SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil.* Vol.3- República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTIM-BARBIERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Por uma história da mulher.* Bauru -SP: Edusc, 2000.

_____. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho.* Bauru – SP: Edusc, 2002.

_____. ALVES, Gisele. “As Mulheres: educação e progresso – São Paulo – 1850-1900”. *Revista Mackenzie.* Ano 3/ 4. São Paulo, 2003/ 2004.

_____. *Âncora de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades.* Bauru – SP: Edusc, 2005.

MAUAD, Ana Maria. “Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado”. In: NOVAIS, Fernando (Coord. geral da coleção); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org. do volume). *História da vida privada no Brasil.* Vol.2 – Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. “A Vida das Crianças de Elite durante o Império”. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das crianças no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2006.

MAURO, Frédéric. *O Brasil no tempo de Dom Pedro II: 1831-1889.* Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MELLO E SOUZA, Gilda. *O espírito das roupas. A moda no século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote* - Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NUNES, Maria José Rosado. "Freiras no Brasil". In: PRIORE, Mary del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 8ªed. São Paulo: Contexto, 2006.

QUEIROZ, Vera. *Crítica literária e estratégias de gênero*. Niterói – Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

RAGO, Elizabeth Juliska. *Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. 1ªed. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2007.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil, 1890-1930*. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Os prazeres da noite: Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. "Trabalho feminino e sexualidade". In: PRIORE, Mary del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 8ªed. São Paulo: Contexto, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOIHET, Rachel. "Mulheres pobres e violência no Brasil urbano". In: PRIORE, Mary del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 8ªed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. "Ao correr da pena: uma leitura dos folhetins de José de Alencar". In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A história contada - Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. São Paulo: Nova Fronteira, 1998.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras - Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TELLES, Norma. "Escritoras, escritas, escrituras". In: PRIORE, Mary del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 8ªed. São Paulo: Contexto, 2006.

VENÂNCIO, Renato Pinto. "Maternidade negada". In: PRIORE, Mary del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 8ªed. São Paulo: Contexto, 2006.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Fontes históricas, catalogadas e microfilmadas, presentes na biblioteca nacional do Rio de Janeiro, seção de obras raras.

Bazar Volante. Rio de Janeiro, 1863-1867.

Biblioteca Doméstica. Ano I, n.10. Rio de Janeiro, 1885.

Correio das Modas: Jornal Crítico e Literário das Modas, Bailes, Theatros, Etc. Rio de Janeiro, 1893-1940.

Ilustração Brasileira. Rio de Janeiro, 1854.

Jornal das Famílias. Rio de Janeiro, 1863-1878.

Jornal das Senhoras. Rio de Janeiro, 1852-1855.

Novo Correio das Modas: Novelas, Poesia, Viagens, Recordações Históricas, Anedotas e Chamadas. Rio de Janeiro, 1852-1854.

O Actualidade. Rio de Janeiro, 1864.

O Álbum Semanal. Rio de Janeiro, 1852.

O Arlequim. Rio de Janeiro, maio de 1867.

O Espelho, Revista Semanal de Literatura, Modas, Indústria e Artes. Rio de Janeiro, 1859-1860.

O Gosto. Rio de Janeiro, 1843.